

DINÂMICA EDUCACIONAL

Ensino superior: Análise e perspectivas do formato ensino-aprendizagem

Este texto procura discutir qual formato de ensino-aprendizagem prevalecerá no ensino superior brasileiro nos próximos três anos e apresentar variáveis que têm peso importante nesse processo.

Rodrigo Perla
Martins

Professor,
Dr. em História
e diretor adjunto
de Comunicação -
Sinpro/RS.

Foto: @freepik / freepik.com

O Ensino superior brasileiro passa por um processo de mudança desde meados de 2017, o que pode ser considerado uma transição. Assim, não se sabe o futuro que virá, mas podemos ter alguma noção do que está acontecendo ou até mesmo o que está em crise. Resumidamente, podemos afirmar que o novo está nascendo e o velho não morreu. Enfim, é desafiador este novo momento vindouro. E, às vezes, o “novo” pode não ser adequado para as necessidades da educação brasileira.

Por mais que alguns teóricos afirmem que a forma de ensinar deve mudar, porque acreditam – alguns com pouco conhecimento de causa, diga-se de passagem – que a mesma não muda desde que a educação formal foi criada, torna-se necessário discutir sobre quais mudanças estão por vir. E até mesmo se as mesmas atendem às necessidades educacionais urgentes do país.

O Brasil precisa de uma formação sólida em todas áreas do conhecimento e em todos níveis de ensino. O déficit educacional que recai sobre todos segmentos da educação resulta – em um país com grandes complexidades, deficiências e dificuldades – em grandes desafios. E no ensino superior, parece que não se consolidou algo de qualidade como um todo, e a mudança pode acarretar perdas consideráveis daquilo que foi conquistado nos últimos anos, principalmente nas ICES (Instituições Comunitárias de Ensino Superior) aqui no RS.

Existem indicativos de que são necessárias mudanças, isso não se pode negar, porém ainda não se sabe quais alterações exatamente entregam uma formação adequada para a sociedade. Além disso, evidentemente, existem interesses econômicos e políticos por detrás dessas alterações, mas que, muitas vezes, não atendem aos interesses gerais e coletivos da sociedade brasileira.

O próximo ciclo temporal que se avizinha para o ensino Superior, no Brasil e no RS, apresenta grandes desafios por parte das instituições e de professores, principalmente. Registra-se, também, que aqui não se quer falar do financiamento desse segmento e do acesso e permanência dos estudantes, mas, sim, da forma de ensino e como esta etapa pode se reconfigurar para os próximos anos na relação ensino-aprendizagem.

Este texto procura discutir qual formato de ensino-aprendizagem prevalecerá no ensino superior brasileiro nos próximos 3 anos, assim como pretende apresentar algumas variáveis que têm peso importante nesse processo de alteração do formato nessa etapa de ensino.

E entre as tantas perguntas que se colocam, cabe destacar a questão norteadora: Qual o formato que prevalecerá na relação ensino-aprendizagem no ensino superior em um futuro próximo no Brasil?

Foto: [drobotdean / freepik.com](#)



Foto: mrsiraphol / freepik.com



Para responder a essa questão, surgem as variáveis que são importantes para a constituição do que se entende das mudanças que podem ocorrer na educação superior, as quais são: a crise econômica; as novas plataformas tecnológicas, a crise sanitária e as relações de trabalho.

Para tentar responder a essa questão, comecemos pela crise econômica que atinge o Brasil desde 2015. Essa contribuiu para uma possível mudança de formato que a educação superior passa. Vale registrar que os estudantes buscam por algo de baixo custo no sentido de pagamento de mensalidades, isto é, pagamento de um ticket de baixo valor. Essa crise fez com que a renda dos trabalhadores diminuísse e as instituições de ensino mercantis assumissem o protagonismo da oferta desta etapa de ensino cobrando menos, investindo menos e tendo mais alunos por turma, ganhando assim na escala de acadêmicos matriculados em seus cursos. A evidência de que existem mais matrículas no ensino a distância do que no presencial no Brasil é impactante. E esses alunos estão matriculados em cursos de instituições mercantis e, pela escala de matriculados, existe a possibilidade de diminuição da mensalidade e, assim, obter um baixo valor nas mensalidades.

Nesse quadro, aumentou a concorrência, principalmente na disputa com as Instituições Comunitárias de Ensino (ICES) no RS. De maneira geral, essas instituições (priva-

A crise econômica que atinge o Brasil desde 2015 contribuiu para eventuais mudanças de formato que a educação superior vem sofrendo.

das/mercantis) oferecem um produto menos complexo, de qualidade questionável. Enfim, buscam garantir lucratividade com baixo investimento às custas de precarização do trabalho, ensino de baixa qualidade e pouco investimento no seu entorno social e comunitário. Mas garantem remuneração de capital para os acionistas na bolsa de valores.

Em função disso, é importante destacar o empenho pela precarização dos direitos dos professores por parte das empresas educacionais com vistas à redução dos seus custos. Com o golpe de 2016 e a consequente flexibilização de direitos, via reforma da CLT (Consolidação das Leis do Trabalho), o ticket médio das instituições mercantis de ensino foi rebaixado diante do que já praticavam, já que os custos com os direitos dos professores foram ainda mais reduzidos.

Uma segunda variável desse processo de mudança pode ser creditada à crise sanitária vivida pelo Brasil desde 2020. Ao longo dessa, alterou-se, de maneira significativa, a forma

Foto: **Rovena Rosa** / Agência Brasil



como o processo de ensino-aprendizagem acontece. E a crise pandêmica da covid-19 adiantou um cenário que se vislumbrava, conforme especialistas, somente para o ano de 2026 no que tange às plataformas de ensino e tecnologias de comunicação no geral.

As formas de ensino on-line, híbrida, assíncrona e síncrona apareceram no léxico da comunidade acadêmica, bem como na sua realidade de forma prática, e desestabilizaram aquilo que se conhecia como construção do conhecimento. As mais diversas plataformas de educação, que já estavam no meio acadêmico de maneira tangencial muitas vezes, tornaram-se hegemônicas e, hoje, determinam como acontece o processo de ensino-aprendizagem como um todo.

Nessa nova forma de ensinar e aprender, o próprio “saber-fazer”, tão caro à educação, parece ameaçado e colocado em xeque por essas novas modalidades de ensino e plataformas. Isto porque, entendemos assim, o estudante do ensino a distância não consegue interagir com seus colegas – condição fundamental para construção do conhecimento – para aprender no espaço físico e muito menos com o professor. Em resumo, uma simples transmissão de informações em detrimento a uma construção de conhecimento séria e sólida na formação do egresso.

Essa mudança tecnológica, além de ter proporcionado novas formas de interação no processo de ensino-aprendizagem, também impactou o modo como o professor se relaciona com sua instituição empregadora ou vice-versa, especialmente na alocação de carga horária, no planejamento da aula, no salário do final do mês... Demissões em quantidades significativas, diminuição de turmas, aumento de alunos por sala de aula, dificuldade em manter direitos historicamente conquistados e rebaixamento geral das condições de trabalho.

As mudanças também impactaram nas relações contratuais dos professores com suas instituições empregadoras, bem como nos salários.

Nesse ponto, cabe registrar o momento presente e as tentativas de aumento das taxas de lucro como um todo no setor educacional. Existem essas tentativas de aumento de lucratividade a partir de produtos supostamente diferenciados (no caso, o educacional), quando a educação deixa de ser um direito e passa a ser uma mercadoria de forma absoluta e por isso gera lucratividade que pode ser utilizados como se bem entende. Isto é, sem retorno para a sociedade, mesmo que, às vezes, de maneira mais difusa, como fazem as ICES.

O setor empresarial da educação tenta aumentar sua lucratividade e rentabilidade mexendo em direitos dos professores e escalando número de alunos nas turmas. E, não podemos esquecer, essas instituições privadas disputam o mercado de alunos exatamente com as ICES tradicionais no RS em um contexto de Brasil. Vale registrar, ainda, que essas últimas investem fortemente em pesquisa, prédios, professores qualificados, parques tecnológicos e investimento indireto ou direto em suas comunidades. Enquanto as empresas educacionais – como foi dito antes – simplesmente geram lucros e dividendos para seus acionistas e praticamente sem retorno para seu entorno onde estão instaladas.

O impacto dessa concorrência nefasta recai nas ICES (Comunitárias, Filantrópicas e confessionais) e que pode alterar profundamente o que se entende hoje como ensino de

O impacto dessa concorrência nefasta recai nas ICES (Comunitárias, Filantrópicas e confessionais) e que pode alterar profundamente o que se entende hoje como ensino de



Foto: escolaespai / pixabay

relativa qualidade. Muitas dessas instituições tentam se adaptar aos novos tempos, abrindo mão até mesmo de uma educação presencial que proporciona uma interação maior entre os discentes. E nesse processo concorrencial, aderem aos projetos que beiram à mercantilização quando, por fim, o ensino EaD e até mesmo o híbrido despontam como tábua de salvação.... entre outras práticas semelhantes. Enfim, no limite, o próprio conceito de Comunitárias é colocado em risco ou relativizado em nome de uma sobrevivência.

Muitas vezes, aparecem até mesmo algumas artificialidades nesse processo como: adesão a franquias de plataformas de ensino sem nenhuma adaptação local; compra de materiais didático-pedagógicos produzidos em outros contextos; assessorias e diretivas gerenciais que nada têm a ver com a vocação regional e comunitária que as ICES têm como princípio histórico. E essas mudanças surgiram em nome da sustentabilidade financeira e – em última instância – na própria sobrevivência da instituição em si. Enfim, ICES submetidas a uma lógica concorrencial que foge à sua própria natureza de surgimento e de integração com a comunidade onde está instalada.

Resumidamente, diante do quadro exposto, cabe registrar que as instituições empresariais de ensino forçam as mudanças em todos os âmbitos (tecnológicos e trabalhistas) para poder melhorar seus desempenhos na remuneração de capital dos acionistas e na consolidação de marca e de mercado, ditando normas e levando de arrastão outros projetos educacionais mais sintonizados com suas coletividades e comunidades. Enfim, uma prática de concorrência desleal entre os grupos empresariais de educação e as ICES.

Há muito tempo que as instituições mercantis trabalham na lógica de um novo formato de ensino, mas, ao mesmo tempo, já existe uma percepção de que o aluno deseja um tempo

Foto: freepik / freepik.com



As instituições trabalham na lógica do EaD, mas já existe uma percepção de que o aluno deseja um tempo de presencialidade maior.

de presencialidade maior na instituição de ensino. A possibilidade de ofertar 40 % das disciplinas a distância em cursos presenciais pode ter dado relativa solução para essa demanda de mercado.

Desse modo, pode-se derivar para consolidação do sistema híbrido de ensino e que pode consolidar essa modalidade junto às instituições de ensino como um todo, resultando, assim, em cursos com uma parte a distância, uma parte presencial e uma terceira parte assíncrona ou síncrona, ofertando ensino de baixo custo, com uma relativa presencialidade sem perder as atividades a distância.

O que preocupa é que a legislação educacional do ensino a distância parametriza poucas coisas. E isso tem urgência em ser adequado à realidade atual. Não é mais possível, por exemplo, não existir um máximo de alunos por turmas em disciplinas EaD em formato híbrido. Isso gera dividendos para a empresa educacional e muito trabalho para o professor. A pouca experiência brasileira no ensino EaD (seja híbrido – essa é a aposta deste texto para o próximo ciclo) ou na forma vindoura que veremos consolidada não permite deliberalidades como as atuais, onde tudo se faz de maneira rasa, rápida e com qualidade duvidosa.

Há um entendimento de que a nova administração federal, que tomará posse em janeiro de 2023, tem como grande desafio uma

discussão séria sobre o que se pretende sobre a educação superior no Brasil. Se for consolidado o ensino híbrido no processo de ensino-aprendizagem e se conseguiremos regular esse mercado educacional, proporcionando mais qualidade e compromisso com a educação supe-

rior. Enfim, um conjunto de ideias que estão sem resposta e que necessitam de uma diretiva para o mercado, para os alunos e para os professores do ensino superior brasileiro.

Entende-se que o sistema híbrido de ensino prevalecerá no cenário da educação superior (principalmente nas ICES) nos próximos anos, e a regulação de algumas questões na relação ensino-aprendizagem (tipo: número de alunos por turma nos cursos e turmas a distância) é urgente e necessária (entre outras). Por isso, essas são reflexões que precisam ser feitas por gestores da educação nacional, pelas instituições e por legisladores do país. Os grupos educacionais mercantis apostaram nos candidatos e agora buscam se recolocar na nova conjuntura e no novo governo. E, acredita-se, já têm seus representantes na transição de governo e colocam suas necessidades do momento e disputando espaços, projetos, verbas e, quem sabe, até ministérios.

Como foi dito antes, diante do quadro educacional, político, econômico e social vivido pelo Brasil atualmente, parece que o formato híbrido deve prevalecer nas relações de ensino-aprendizagem para os próximos anos. Isso porque os alunos parecem querer mais aulas presenciais (até mesmo para uma certa convivência com os colegas), com preços relativamente baixos e com acesso a uma formação superior com uma qualidade um pouco melhor do que atualmente. E, por isso, uma regulação nesse sentido se faz urgente e necessária.



sinprors.org.br/textual



/SinproRS



/SinproRS



/SinproRS



/SinproRS

expediente

A Revista Textual é uma publicação do Sindicato dos Professores do Estado do Rio Grande do Sul – Sinpro/RS. Avenida João Pessoa, 919 – Porto Alegre RS – CEP 90.040-000. Fones: (51) 4009.2900 – (51) 4009.2980. www.sinprors.org.br/textual – textual@sinprors.org.br. **Coordenação-Geral** | Valéria Ochoa | valeria.ochoa@sinprors.org.br. **Edição Executiva** | César Fraga | cesar.fraga@sinprors.org.br. **Conselho Editorial** | Evandro Rosso, Isadora Cadore Virgolin, Josiane Abrunhosa, Marcos Fuhr, Marcos Kammer, Rodrigo Perla Martins. **Revisão** | Press Revisão. **Projeto Gráfico, Edição Gráfica e Editoração** | Rogério Nolasco Souza.